



Prefeitura Municipal de Castro

Procuradoria Geral do Município

PROJETO DE LEI Nº 49/2020

CÂMARA MUNICIPAL

Secretaria

Protocolado Sob Nº 353

Em 29 de 06 de 2020

Às 15:30 hs. Ass: [Assinatura]

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar o pagamento de indenização em razão de responsabilidade gerada por ato omissivo, e dá outras providências.

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal a efetuar o pagamento de R\$ 1.490,00 (um mil, quatrocentos e noventa reais) ao servidor municipal JOSIAS MACHADO CARNEIRO, portador da cédula de identidade RG nº 6.842.017-2-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 039.061.899-37, em decorrência dos prejuízos causados no veículo GM Corsa Hatch Joy, ano/modelo 2006/2007, placas ALL-2224, e em conformidade com responsabilidade verificada no Processo Administrativo Municipal nº 7515/2020.

Parágrafo Único – Os valores a serem pagos terão dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal Esporte e Juventude, devendo ser corrigidos da data de elaboração dos orçamentos até a data do efetivo pagamento pelo índice de rentabilidade da Caderneta de Poupança.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Castro, em 26 de junho de 2020.

[Assinatura]
MOACYR ELIAS FADEL JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Castro

Procuradoria Geral do Município

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI QUE AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO EM RAZÃO DE RESPONSABILIDADE GERADA POR ATO OMISSIVO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Lei é apresentado para buscar autorização legislativa à indenização de Município e servidor municipal, que sofreu danos em veículo de sua propriedade por ato omissivo, em razão de ausência de fiscalização em estacionamento de ginásio de esportes do executados pelo Poder Executivo.

A responsabilidade da Administração Pública foi verificada no Processo Administrativo Municipal nº 7515/2020, aberto pelo servidor que sofreu os danos, por causa da necessidade de utilização de seu veículo próprio para deslocar-se de um espaço público a outro.

O requerente solicitou o pagamento de indenização dos prejuízos causados por ato de vandalismo em estacionamento de espaço público municipal, juntando vários orçamentos e Boletim de Ocorrência.

O valor de R\$ 1.490,00 (um mil, quatrocentos e noventa reais), constante do art. 1º do Projeto de Lei, foi obtido através dos menores orçamentos de peças e mão-de-obra constantes do Processo Administrativo Municipal nº 7515/2020.

Assim, não há que se falar em qualquer desobediência à ordem cronológica de pagamento dos precatórios, tendo em vista que a Lei Municipal 2174/2010, trata das Obrigações de Pequeno Valor, que independem de Precatório Requisitório.

Diante do exposto, comprovada a responsabilidade do Município e havendo vantagem pecuniária no pagamento administrativo, põe assim em vantagem o erário, uma vez que este não estará sujeito a arcar com a totalidade de possível condenação judicial, além de juros e correção monetária, custas judiciais e honorários advocatícios decorrentes de instauração de lide, pelo que justifica-se o presente projeto de lei.

Edifício da Prefeitura Municipal de Castro, 26 de junho de 2020.


MOACYR ELIAS FADEL JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL